



**A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA REVISTA  
BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2001-2016)**

**THE RESEARCH ON SCHOOL INSTITUTIONS IN THE REVISTA  
BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2001-2016)**

**LA INVESTIGACIÓN SOBRE INSTITUCIONES ESCOLARES EN LA  
REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2001-2016)**

Ademir Valdir dos Santos

Professor Doutor do Departamento de Estudos Especializados em Educação, do Centro de Ciências da Educação e Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
Florianópolis – SC, Brasil.  
ademir.santos@ufsc.br

Ariclê Vechia

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação da  
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).  
Curitiba – PR, Brasil.  
arikele@hotmail.com

## Resumo

Trata-se de um balanço historiográfico que objetiva identificar e categorizar artigos de história de instituições escolares publicados na Revista Brasileira de História da Educação no período de 2001 a 2016. A metodologia está embasada na análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados mostram que a pesquisa de instituições escolares é privilegiada em 22,7% dos textos. Este *corpus* documental é caracterizado por artigos que analisam a história de diversos tipos de escola através de conteúdos que compõem as categorias espacial, temporal, intelectual, social, política e teoria e metodologia. A significativa presença da história de instituições escolares na produção de conhecimento difundida pela Revista Brasileira de História da Educação contribui para a análise crítica da educação, porque discutir as complexas finalidades sociais e os sentidos da escola no movimento histórico produz novos olhares sobre as possibilidades e os limites da formação humana.

**Palavras-chave:** História da educação. História de instituições escolares. Historiografia da educação.

## Abstract

It is a historiographic balance that aims to identify and categorize articles of history of school institutions published in the Revista Brasileira de História da Educação (Brazilian Journal of History of Education) between 2001 and 2016. The methodology is based on content analysis (BARDIN, 1977). The results show that the research of school institutions is privileged in 22.7% of the texts. This document *corpus* is characterized by articles that analyze the history of various types of school through contents that compose the categories spatial, temporal, intellectual, social, political and theory and methodology. The significant presence of the history of school institutions in the production of knowledge disseminated by Revista Brasileira de História da Educação contributes to the critical analysis of education, because discussing the complex social purposes and the meanings of the school in the historical movement produces new perspectives on the possibilities and limits of human formation.

**Keywords:** History of education. History of school institutions. Historiography of education.

## Resumen

Se trata de un balance historiográfico que objetiva identificar y categorizar artículos de historia de instituciones escolares publicados en la Revista Brasileira de História da Educação (Revista Brasileña de Historia de la Educación) en el período de 2001 a 2016. La metodología está fundamentada en el análisis de contenido (BARDIN, 1977). Los resultados muestran que la investigación de instituciones escolares es

*Artigo recebido em junho 2017. Aprovado em novembro de 2017.*

privilegiada em el 22,7% de los textos. Este *corpus* documental se caracteriza por artículos que analizan la historia de diversos tipos de escuela a través de contenidos que componen las categorías espacial, temporal, intelectual, social, política y teoría y metodología. La significativa presencia de la historia de instituciones escolares en la producción de conocimiento difundida por la Revista Brasileira de História da Educação contribuye al análisis crítico de la educación, porque discutir las complejas finalidades sociales y los sentidos de la escuela en el movimiento histórico produce nuevas miradas sobre las posibilidades y los límites de la formación humana.

**Palabras clave:** Historia de la educación. Historia de instituciones escolares. Historiografía de la educación.

## 1 INTRODUÇÃO

As investigações em História da Educação sofreram significativo incremento nas últimas décadas, produzindo uma historiografia cujos fundamentos teóricos e metodológicos operam com novos conceitos, problematizações e abordagens, assim como dialogam com outras áreas do conhecimento. De acordo com Magalhães (2004, p. 71): “A história da educação é um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar.” Em consonância com este cenário, vem emergindo como interesse de pesquisa a denominada História de Instituições Escolares ou Educativas (HIE), cujo objeto é a abordagem histórica da escola<sup>1</sup>.

Este estudo objetiva identificar e categorizar artigos que divulgam pesquisas sobre instituições escolares, publicados na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), no período de 2001 a 2016. Concomitantemente, discute a contribuição dessa historiografia na elaboração do conhecimento em história da educação e como nutriente do debate sobre a educação no Brasil. A RBHE foi escolhida por ser uma das revistas científicas especializadas mais importantes em circulação. Quanto à metodologia, trata-se de um balanço historiográfico<sup>2</sup>, sendo a identificação e a categorização embasadas na combinação de dois procedimentos de análise.

O texto está estruturado em cinco partes. Inicialmente, trazemos um detalhamento sobre a fundamentação metodológica. Em seguida, três seções distintas são dedicadas à apresentação e discussão dos resultados: a primeira delas traz a identificação e categorização dos artigos sobre instituições escolares; outra mostra a proveniência autoral e os objetos de estudo privilegiados; depois, discorremos sobre a utilização das fontes nos artigos analisados. Por fim, são tecidas as considerações finais.

## 2 A METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

A história de uma instituição escolar aborda diversas componentes, tais como a contextualização de sua criação, as transformações pelas quais passou, os aspectos arquitetônicos, os alunos, os professores, os administradores, os saberes, as normas e eventos. Estudos desta natureza

[...] privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e nos seus vários aspectos: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: o currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização

<sup>1</sup> Usam-se as expressões instituição escolar e instituição educativa como equivalentes. Conforme Viñao (2005, p. 17): “A instituição escolar – utilizo esse termo para referir-me a qualquer instituição educativa”; e de acordo com Saviani (2007, p. 10): “Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola.”

<sup>2</sup> A realização de balanços, inventários, censos ou cartografias é problematizada por Galvão et al. (2008, p. 175-8) no artigo que socializa o estudo realizado sobre o processo de publicação da RBHE entre 2001 e 2007, questionando “[...] acerca dos temas, espaços, períodos e fontes privilegiados pelos investigadores de história da educação no conjunto de artigos examinados.”

do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles. (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 18).

Porém, também podem ser compreendidos como trabalhos deste tipo aqueles com foco em apenas um dos aspectos citados. Por exemplo, uma investigação a respeito do ensino de uma disciplina em determinado arco cronológico, sobre a legislação educacional e seus ditames ou examinando a arquitetura de uma escola. Ou seja:

É possível notar ainda que nem sempre o foco do pesquisador ilumina a Instituição como um todo, mas restringe-se a um dos seus segmentos e/ou componentes. Por exemplo: a história do curso de letras de uma determinada universidade. Em outros casos há ainda uma restrição maior: a história da disciplina matemática no curso de estatística da faculdade [...]. (SANFELICE, 2009, p. 194).

Em face disso, um dos procedimentos adotados para identificar e categorizar as pesquisas em HIE tem por base fundamentação teórico-metodológica proposta nos dois estudos homônimos “Instituições escolares: por que e como pesquisar” (NOSELLA; BUFFA, 2009; 2008). Através de sua leitura, buscamos selecionar e aglutinar conceitos centrais e palavras recorrentes segundo o critério de proximidade semântica. Disto resultaram quatro categorias de análise que utilizamos numa preliminar identificação e categorização dos artigos da RBHE. A categoria “espacial” compreende a abordagem do espaço geográfico onde a escola se situa, assim como a arquitetura das edificações e materiais como o mobiliário e utensílios. Já a categoria “temporal” define períodos, surgimentos, permanências e extinções relacionados à história da instituição. A categoria “intelectual” abrange os conteúdos escolares, as práticas pedagógicas, as ideias que circulam, o ensino e a aprendizagem. E na categoria “social” está envolvida a ação dos professores, administradores, alunos e da comunidade, as normas e regras, os eventos escolares e a relação da escola com a sociedade.

Mas em alguns casos, depois de sucessivas leituras de determinados artigos, percebemos limitações quanto ao alinhamento do conteúdo com aquelas categorias. Então optamos por um segundo procedimento metodológico, a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977), que é aplicável a um conjunto de documentos de texto de um *corpus* selecionado e gera categorias analíticas.

Segundo Bardin (1977, p. 95), a análise de conteúdo é dividida em três fases, “a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.” Na pré-análise, por meio da leitura flutuante<sup>3</sup> se verifica a ocorrência de termos que passam a ser considerados como indicadores. De acordo com Bardin (1977, p. 103-8), a exploração possibilita a codificação, pela qual o pesquisador sistematiza e agrupa os indicadores com o intuito de descrever as características do conteúdo, o que pode ser feito por meio de recortes do texto em unidades de registro: títulos, resumos, palavras-chave e textos completos dos artigos que compõem o *corpus* documental foram estabelecidos como tais unidades. Considerando que cada uma destas é componente textual de significação, constituída por parágrafos, frases e palavras, sua atenta leitura possibilita a identificação de termos que compõem uma primeira categorização, geralmente obtida através de duas ações: classificação dos dados da escrita através das similaridades terminológicas, agrupando enunciados que exprimem significados relacionados aos objetivos do estudo; constatação de que alguns termos são repetidos e revelam, em linhas gerais, a natureza dos conteúdos.

Os termos da primeira categorização dão origem às categorias iniciais. Em seguida, com base numa nova reunião temática, se compõem as categorias intermediárias, que expressam o mesmo conteúdo com menor número de termos. Por fim, após nova aglutinação devida à detecção de terminologia capaz de sintetizar ainda mais o conteúdo e seus significados, chega-se às categorias finais. Portanto, adotamos os critérios de categorização semântico e léxico: [...] semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria

<sup>3</sup> Constituída pelas várias leituras realizadas para se conhecer os textos, até que se atinja uma exaustividade considerada suficiente.

<<ansiedade>>, [...] léxico (classificação das palavras segundo seu sentido, com emparelhamento dos sinónimos e dos sentidos próximos) (BARDIN, 1977, p. 117-8). Já na terceira fase, que abrange o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, segue-se na direção de captar tanto os conteúdos explícitos como aqueles tacitamente delineados.

A metodologia foi aplicada à análise dos artigos conforme as duas perspectivas procedimentais. Inicialmente, permitiu o encontro de terminologia alinhada a uma ou mais das categorias já adotadas: espacial, temporal, intelectual e social. Mas a simultânea aplicação da análise de conteúdo possibilitou a seleção de novos termos com proximidade semântica entre si, que se repetiram ao longo de alguns dos textos<sup>4</sup>, resultando outro rol de categorias iniciais: políticas públicas; Estado (e educação); nacionalismo; Reformas (de ensino); Presidentes de Província. Com base nas leituras flutuantes, estas foram reunidas devido a aludirem a temas comuns, o que levou à emergência das categorias intermediárias “políticas públicas” e “Estado.” Por fim, foram agrupadas na categoria final “política.”

Mediante processo semelhante, a construção de mais uma categoria final foi desencadeada após a leitura do texto “Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares”, de Bressan (2013). Da análise do título, do resumo e das palavras-chave, resultaram as categorias iniciais: “urbanização e escolarização”, “compreensão dos processos”, “compreensão dos ciclos de vida das instituições escolares”, “dialeção dos temas”, “temáticas complementares”, “problematização dos temas” e “apontar novas possibilidades de pesquisa.” Em seguida, agrupando as significações, criamos as categorias intermediárias “compreensão”, “problematização”, “dialeção” e “possibilidades.” Por último, com base em leituras do texto na íntegra, concluímos que a terminologia convergia por discutir aspectos teóricos e de metodologia dos estudos sobre instituições escolares, de onde emergiu a categoria final “teoria e metodologia.”

Deste modo, a aplicação dos procedimentos permitiu a construção de seis categorias de análise: espacial, temporal, intelectual, social, política e teoria e metodologia. E como afirma Bardin (1977, p. 118), essa composição é factível pelo fato de utilizarmos um mesmo critério de categorização.

### 3 A IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA RBHE

Para a identificação de pesquisas em história de instituições escolares os artigos foram lidos conforme o critério de detecção de conteúdos relacionados pelo menos a uma dentre as categorias de análise: espacial, temporal, intelectual, social, política e teoria e metodologia. O quadro 1 apresenta a quantificação de artigos de história de instituições escolares identificados nas edições da RBHE publicadas entre 2001 e 2016.

Quadro 1- Quantificação dos artigos sobre HIE na RBHE.

Ano	Edições	Artigos publicados	Dossiês/Artigos Publicados	Artigos cujo objeto é a História de Instituições escolares***
2001	2	14	-	2 (14,3%)
2002	2	7	1 (4)	2 (18%)
2003	2	12	1 (4)	Não há
2004	2	13	1 (5)	3 (16,6%)
2005	2	10	1 (6)	2 (12,5%)
2006	2	12	-	2 (16,6%)
2007	3	12	2 (9)	8 (38%)
2008	3	16	1(6)	4 (18,2%)

<sup>4</sup> Os textos são os seguintes: Fávero (2008), Gonçalves (2008), Celeste Filho (2009), Campos (2009), Santos (2010), Kulesza (2011), Gutiérrez (2014), Renk (2014), Moraes e Costa (2014), Soares (2015), Ananias e Barros (2015), Gouvêa et al. (2016) e Souza, R. F. (2016).

2009	3	21	-	3 (14,2%)
2010	3	18	1 (4)	5 (22,7%)
2011	3	14	1(5)	6 (31,6%)
2012	3	24	-	7 (29,2%)
2013	3	22	1 (5)	3 (11,1%)
2014	3	20	2 (10)	7 (23,3%)
2015	3	20	2 (10)	7 (23,3%)
2016	4	31	2 (10)	17 (41,5%)
Total	43	266	16 (78)	78 ( 22,7 %)

Fonte: Elaborado pelos autores. \*Inclui sete artigos de autoria internacional.

Observados os totais, vemos que 344 artigos compõem o *corpus* documental, sendo que 16 dossiês temáticos comportam 78 textos. Os estudos que privilegiam a HIE estão presentes em todos os anos do período analisado, com exceção de 2003. Quanto aos três maiores percentuais, ocorrem em edições dos anos em que há dossiês cujas temáticas se relacionam às atividades e modos de organização escolares. Em 2016, o indicativo de 41,5% é acrescido devido a cinco artigos do dossiê “Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade.” No ano de 2007, a presença dos dossiês “A cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa” e “História da profissão docente no Brasil e em Portugal” também é influente. No ano de 2011, os artigos do dossiê “Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário” impactam na composição dos 31,6%. Outrossim, uma tendência de aumento na participação das pesquisas sobre instituições escolares na produção veiculada pela RBHE após 2010 fica caracterizada pelos dados acima de 20% registrados para os anos de 2010, 2012, 2014 e 2015. Já a presença de dois artigos de HIE, em 2001, 2002, 2005 e 2006, sinaliza a penetração deste tipo de pesquisa desde as primeiras edições da RBHE. Ratificamos esta perspectiva porque de acordo com um estudo que identifica 14 diferentes temas de pesquisa privilegiados no conjunto de 81 artigos publicados na RBHE entre 2001 e 2007, este período manifestou uma tendência de “explosão de temas e objetos de investigação” ou de “aparente dispersão”, mas também “[...] a consolidação de certas **linhas de pesquisa voltadas às práticas escolares, às relações entre os saberes produzidos para e por professores e para os processos mais amplos de ordenamento da escola**” (GALVÃO et al., 2008, p. 198, grifo nosso).

O quadro 2 apresenta a distribuição dos artigos conforme a categorização realizada, considerando o enquadramento em um dos seguintes critérios: ênfase em uma das categorias de análise; centralidade em duas ou mais categorias de análise; tratamento, de modo equilibrado, de todas as categorias de análise, permitindo compor uma narrativa da história da instituição nos seus vários aspectos<sup>5</sup>, de onde derivou a criação e acréscimo da categoria “completo.”

Quadro 2 – Categorias enfatizadas nos artigos de HIE.

Categorias	Número de Artigos
Espacial	22
Temporal	12
Intelectual	23
Social	32
Política	14
Teoria e Metodologia	5
Completo	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

A categoria social é a mais frequente no conteúdo dos artigos analisados, indicando que o tratamento das questões relativas aos sujeitos atuantes na escola e que com ela estabelecem relações, tais como os professores, os estudantes, administradores,

<sup>5</sup> Embora tenhamos identificado escritas de uma história institucional que abordam, em proporções semelhantes, as categorias espacial, temporal, intelectual, social e política, compreendemos que isso é menos recorrente em função do tamanho limitado exigido dos artigos. Assim, poucos foram categorizados como “completos.” Cabe ressaltar que é mais comum encontramos pesquisas de HIE como teor de um livro, de uma dissertação ou tese.



funcionários de vários tipos e membros das comunidades, é essencial para a compreensão histórica das formas de organização institucional e para que estas atendam as finalidades sociais a que se destinam. Neste sentido, inclui os relacionamentos pautados por formas de disciplinamento e estruturação de poder, sejam aqueles do interior das salas de aula como os que transcendem o ambiente escolar. Esta categorização sublinha a dimensão humana da instituição educativa.

Um exemplo é o artigo “Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”, integrante do dossiê “Negro e Educação”, que mostra quem foram os alunos que frequentaram, entre 1875-1915, os cursos noturnos na Biblioteca Pública Pelotense. Conforme a autora, “[...] dando ênfase à questão da presença dos negros nesses cursos. Analiso a trajetória social e profissional de alguns alunos negros da “escola da Biblioteca” (PERES, 2002, p. 75). Inclui-se ainda na categoria social o texto “Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914)”, de Veloso (2010), que analisa resistências à inspeção escolar da parte de uma professora primária e do diretor de um grupo escolar, em Minas Gerais. E o artigo “As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana” também enfatiza a categoria social, uma vez que privilegia a participação discente, entre as décadas de 1930 e 1960, “[...] na rivalidade entre duas escolas da cidade de Pelotas– o Colégio Gonzaga, católico, e o Colégio Pelotense, de ensino laico – que tinha seu ponto alto nas irreverentes passeatas realizadas pelos alunos do Pelotense” (AMARAL, 2011, p. 131).

Quanto à categoria intelectual, que aparece em segundo lugar quanto à presença nos artigos em HIE, coloca em tela aspectos relevantes das pesquisas. Interpretamos sua carga semântica em acordo com ponderações de Chervel (1990, p. 184), na medida em que este autor problematiza as relações entre o papel da escola, a história do ensino e das práticas docentes, as “grandes finalidades” e o funcionamento das disciplinas escolares e, ainda, o “caráter eminentemente criativo do sistema escolar.”

O destaque neste conteúdo está no artigo “Arquivos do Instituto de Educação: Suporte de memória da educação nova no Distrito Federal (anos de 1930)”, que trata da Escola de Professores, primeiro curso superior destinado a formar docentes para a rede escolar “primária”, enfatizando a organização curricular e as “[...] práticas escolares desenvolvidas em algumas escolas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, à luz das inovações pedagógicas preconizadas pelos educadores ligados à Escola Nova (LOPES, 2005, p. 44).” Por sua vez, o texto “O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II, Jonathas Serrano”, de Freixo e Coelho (2015), é dedicado à trajetória e à concepção de história de Serrano. Pela ênfase no aspecto curricular e no pensamento deste personagem, integra a categoria intelectual. Já o artigo “A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira República brasileira”, de Valentim, Pereira e Leite (2016), analisa a presença da Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos de eugenia e higiene, sendo incluso nesta categorização devido ao tratamento de uma disciplina.

A análise mostra artigos que destacam, em proporção semelhante, tanto a categoria social como a intelectual. Citamos “Feios, sujos e malvados: Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista”, porque analisa as formas de arregimentar, entre crianças órfãs, para a Escola de Aprendizes Marinheiros no final do século XIX, em Paranaguá, além de responder à questão “Mas o que e como se ensinava os meninos aprendizes?” (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 96). E também se enquadra naquelas duas categorias o artigo “Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* (Santa Catarina – 1960 a 1970)”, de Rabelo e Stephanou (2010), que retrata práticas assistenciais e educativas protagonizadas por religiosas do Instituto Coração de Jesus junto aos filhos de trabalhadores de uma empresa carbonífera.

O dinâmico processo de análise possibilitou construir a categoria política. E como exemplo de artigo que foca em questões inerentes, destacamos “Educação como sacerdócio: Formação de professores no Pará Republicano (1891-1904), que conforme registram seus autores, “analisa as **políticas educacionais** destinadas à ‘formação de professores’ no Pará, durante a Primeira República, por meio da **concepção político-educacional** que orientou a reforma da Escola Normal no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1891-1897);” (MORAES; COSTA, 2014, p. 123, grifo nosso).

Ao longo da atividade analítica, orientamo-nos pela lógica de que todos os artigos apresentam balizas temporais. Todavia, deparamo-nos com estudos que além de considerarem a periodização histórica de referência, se dedicam ao tratamento dos “tempos” escolares e institucionalizados, o que sublinha a categoria temporal. Integrante do dossiê “Tempos sociais, tempos escolares”, o texto de Clai (2004), “*Tiempo y sociedad en el Real Seminario de Minería, 1792-1821*”, conduz a esta categorização ao estabelecer relações entre o cronológico e o tempo dentro da instituição, abordando aspectos do ritmo escolar tais como trabalhos educativos, festas, cerimônias e ritos. Mas realça vários dados sobre alunos, professores, normas e rituais, vinculando-se também à categoria social.

Por sua vez, a categoria analítica espacial contempla a localização dada pelas coordenadas geográficas a uma ou mais instituições privilegiadas numa pesquisa. Mas não se restringe a isto, pois engloba ainda o destaque nos aspectos arquitetônicos da escola, assim como nos elementos da cultura material tais como o mobiliário e utensílios, que ocupam a espacialidade da instituição e nela tem seu uso com finalidades educativas.

São inclusos neste conjunto os artigos do dossiê “Cultura material na História da Educação”, de onde temos como exemplo o texto “Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino”, da autoria de Barra (2007), que privilegia a cultura material de uma escola feminina de primeiras letras, em meados do século XIX na vila de Capivari. Há também “A experiência de constituição de uma fonte documental a partir dos instrumentos de ensino de química e física do Colégio Culto à Ciência de Campinas/SP”, de Meloni (2011), que apresenta a construção de uma fonte documental com base no acervo de instrumentos pedagógicos para o ensino da física e da química do Colégio Culto à Ciência, constituído no interstício de 1896 a 1902, período em que a educação secundária passou a valorizar as ciências da natureza. Participa do dossiê “Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário”, o que também esclarece sobre seu pertencimento à categoria em apreço. Localizamos ainda “Escolas e cidades do sertão (1933-1945): espaço, endereço e arquitetura”, de Pinto (2012), que já no conteúdo do título enfatiza a categoria espacial pelo uso da expressão “cidades do sertão” e dos termos “espaço”, “endereço” e “arquitetura.”

“‘Oh! Escarneo! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente’: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899)” é um artigo que tem como escopo apreender as especificidades da escola rural em Minas Gerais, no final do século XIX. Como resultado aponta: “Ao final da década, no entanto, a escola rural será produzida como rústica e arcaica” (MUSIAL; GALVÃO, 2012, p. 77). Há uma ênfase no critério geográfico e na cultura material, mas também existem diversas menções aos conteúdos ministrados, fazendo com que emerja a categorização intelectual, além da espacial. E o texto “Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul”, de Luchese e Kreutz (2012), devido à ênfase nos aspectos arquitetônicos de instituições de uma mesma região geográfica, assim como por tratar de uma tipologia escolar específica que é dada em relação aos fatores culturais de um grupo de sujeitos, foi atrelado às categorias espacial e social.

Trazemos agora um artigo que enfatiza três categorias. Ao compor a história de uma instituição de destaque no cenário educacional brasileiro, “Os primórdios da

Universidade de São Paulo”, de Celeste Filho (2009), ressaltam que, no início da década de 1930, a criação da Universidade de São Paulo (USP) comportou disputas de projetos entre a Escola Politécnica e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No conteúdo analisado ficam evidentes componentes das categorias intelectual, social e política.

Na escrita de “Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal”, participante do dossiê “Concepções de universidade e ensino superior”, detectamos a ênfase em quatro das categorias de análise. Aborda a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, os problemas vivenciados por essa instituição e os motivos de sua extinção, em 1939. Referindo-se a essas balizas cronológicas, o artigo realça aspectos do contexto histórico; ao lado disto, a abordagem do ideário anisiano configura a categoria intelectual; são destacadas, ainda, questões do cenário político da educação e em geral, que impactaram na curta trajetória; e quanto à categoria social, é privilegiada no teor que discute as funções da UDF, “ênfatizando o ensino, a pesquisa, a promoção e estímulo à cultura, a formação de profissionais e técnicos em vários ramos de atividades, inclusive do magistério em todos os níveis” (FÁVERO, 2008, p. 161).

Caracterizamos alguns dos artigos como pertencentes à categoria teoria e metodologia. Um deles, “Pesquisa historiográfica em instituições educativo-musicais: fundamentos e reflexões”, de Amato (2007), discute o ensino de música sob uma abordagem das formas de pesquisar essas instituições singulares. Já o texto “Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar”, de Menezes (2011), apresenta a construção do inventário dos documentos do arquivo histórico da antiga Escola Normal de Campinas, possibilitando um levantamento preliminar da história desta instituição. A análise de conteúdo revela uma explanação sobre questões teóricas e metodológicas inerentes.

Identificamos alguns artigos que privilegiam, com ênfase semelhante, conteúdos das categorias espacial, temporal, intelectual, social e política. São designados pela categoria completo e sua análise explícita simultaneamente vários aspectos que compõem a história da instituição tomada como objeto de estudo.

Dentre eles, destacamos o texto “Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá”, da autora Silva (2004), que trata da Escola Normal de Cuiabá, abordando sua institucionalização no período entre 1911 e 1916. Também é classificado como um estudo desta natureza o artigo “Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889)” (ARANTES, 2009), que retrata práticas educativas estabelecidas para meninos negros, brancos e índios numa instituição que funcionou em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, sob os cuidados dos missionários capuchinhos, recebendo crianças órfãs. Segundo nosso prisma de análise, também traz uma completa abordagem em HIE o artigo intitulado “A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)” (BERTUCCI; SILVA, 2014), o qual mostra a trajetória de uma instituição fundada pelas Irmãs de São José para amparar órfãos da gripe espanhola, mas que em poucas semanas passou a abrigar outros menores. Segundo a análise dos autores, a preocupação com a inserção social dos asilados motivou a organização, além do ensino primário, de cursos profissionalizantes de marcenaria, sapataria e alfaiataria.

“Educação para o trabalho rural: o ‘asilo agrícola’ do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889”, de pesquisadora vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro (BEDIAGA, 2016), analisa o Asilo Agrícola, um estabelecimento do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, criado em 1869 para abrigar meninos pobres e órfãos em regime de internato. A abordagem é efetuada lançando mão de conteúdos componentes das diversas categorias que nos permitem classificar um estudo sobre HIE, alinhando-o com a categoria completo. No mesmo número da RBHE encontramos “Representações e cultura escolar compondo uma história: o processo identitário do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956 – 1972),” de Poletto e Kreutz (2016), o qual apresenta uma pesquisa sobre aquela instituição abrangendo o período indicado. Segundo os autores, o objetivo dessa investigação sobre a cultura



escolar e o processo identitário do colégio é contribuir para a pesquisa em história das instituições escolares. Por fim, o artigo “Os ruralistas paulistas e seus projetos para a educação agrícola: a “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) em Piracicaba (1881 a 1903),” de autoria de Molina e Jacomeli (2016), também foi categorizado como completo.

#### 4 A PROVENIÊNCIA AUTURAL DOS ARTIGOS SOBRE HIE NA RBHE E OS OBJETOS DE ESTUDO

O quadro 3 apresenta a proveniência institucional dos autores dos artigos nacionais que categorizamos como HIE e sua distribuição por região do Brasil.<sup>6</sup> Nele podemos verificar que a produção em História de Instituições Educativas na RBHE é oriunda de quatro das regiões brasileiras, pois não consta artigo proveniente da Região Norte. A presença majoritária de pesquisas da Região Sudeste, seja com relação à quantidade de instituições ali situadas quanto ao número de artigos, confirma o indicado por outros estudos que destacam a concentração da produção científica nesta parte do país. É que nos estados do Sudeste brasileiro, notadamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, temos presença de um grande número de programas de pós-graduação, sendo vários destes de grande porte e tradição, a cuja produção se soma o que é publicado pelos autores que neles frequentam cursos de mestrado ou doutorado, mas que são provenientes de outras regiões do Brasil. A leitura do quadro 3 ratifica os resultados revelados pelo balanço da produção veiculada pela RBHE entre 2001 e 2007: concentração na região Sudeste e ampliação da quantidade de autores e instituições que publicam suas pesquisas nessa revista (GALVÃO et al., 2008, p. 193).

Quadro 3 – Proveniência institucional autoral dos artigos nacionais sobre HIE (n = 71).

Região	Instituição e número de artigos	Número de instituições	Artigos: Frequência e Percentual
Sul	UEPG; UNESC e UFRGS; UFRGS; UFSC; UFPel(2); UDESC; UCS(2); UFPR(4); PUC-PR	9	14 (19,7%)
Nordeste	Faculdade Pio X e rede estadual de Sergipe; UFPE (2); UFPE e Faculdade Boa Viagem – Recife; UFPB (2); UESB (2); UFS (Sergipe); UFMA e Escola de Música do Maranhão	9	10 (14,1%)
Sudeste	UNESP (4); UFRJ(8); UFJF; Universidade de Taubaté; PUC/SP(2), Universidade Vale do Rio Verde (MG) e FaE-UFMG; UFMG (3); Univ. Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); UNICAMP (3), USP (4); UEMG e UFMG; USP e UFMG; UFOP e PUC-RJ; PUC-RJ e UEMG; PUC-RJ; UERJ (3); Jardim Botânico do RJ; UNIFESP; Rede Estadual do ES e UFES; UFRJ e Rede Municipal do RJ; UFRJ e Univ. de Lisboa*	19	41 (57,7%)
Centro-Oeste	UEG e UniEvangélica (Centro Univ. de Anápolis); UEG; UFG; UFMS(2); UEMS e UERJ	6	6 (8,5%)
Total:		41	71

Fonte: Elaborado pelos autores.

\* Incluímos esta coautoria como vinculada à produção nacional porque a instituição que é objeto do artigo se situa no Brasil.

Mas há um resultado particular que a leitura analítica do quadro 3, feita em composição com relação das instituições escolares que foram eleitas para serem investigadas revela: algumas tendências quanto à escolha do objeto de estudo. Lembramos que conforme Nosella e Buffa (2009, p. 55), um mesmo estudo pode ser dedicado à análise histórica de mais de uma instituição, agrupando escolas congêneres. Para discutir este argumento, apresentamos o quadro 4, que elenca as instituições estudadas nos artigos publicados na RBHE conforme sua localização geográfica por estado (ou província).

<sup>6</sup> Porém, detecta-se que existem casos em que o autor indicou vinculação a duas instituições, sendo uma delas a instituição onde cursava uma pós-graduação e outra aquela com a qual possui vínculo empregatício. Quando existe coautoria envolvendo a vinculação a instituições diferentes, isto foi destacado.

Quadro 4 – Localização geográfica das instituições escolares.

Provincia ou Estado e Instituição (-ões) privilegiada(s) no artigo	Número de artigos*
Rio de Janeiro - Escola de Manoel Frazão; Escola Argentina; Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos; Colégio Santo Inácio (Jesuíta); vários espaços escolares e não escolares para ensino de dança; grupo escolar Ennes de Souza; Universidade do Distrito Federal; Colégio Pedro II (5 artigos); escolas rurais (escola "típica" rural do Rio de Janeiro); Instituto de Educação (3 artigos); Escola Normal do Distrito Federal; Iguaçu: diversos tipos de escolas primárias; asilo agrícola (escola primária) do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura;	19
Goiás - escolas de primeiras letras de arraial de Santa Maria, Anicuns, Meiaponte, Corumbá, Porto Imperial, escola da Mestra Inhola, escola de Mestra Silvina, etc; conjunto de várias instituições do mapa urbano de Goiânia	2
São Paulo – 9 institutos isolados de Ensino Superior; escola de primeiras letras de Capivari; Araraquara: Escola Estadual Bento de Abreu; Grupo Escolar da CTI (Companhia Taubaté Industrial); Universidade de São Paulo (Escola Politécnica e FFCL); Campinas: Colégio Culto à Ciência; Escola Normal de Campinas (TM); escolas anarquistas (Escola Moderna n. 1, Escola Nova; Academia de Comércio Saldanha Marinho; Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho; Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho); município de São Paulo: Colégio/Externato Nossa Senhora de Loreto – Jardim de Infância e primário; 6 Ginásios Vocacionais; escolas isoladas (unitárias); grupos escolares; Piracicaba: Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz	13
Pernambuco - escola de Pretextato Silva; Colônia Orfanológica Isabel; Recife: aulas de primeiras letras para mestres e aprendizes de ofício negros, oferecidas pela Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais (SAMLPI); Recife: Escola Normal para Senhoras	4
Paraná - Paranaguá: Escola de Aprendizes Marinheiros; Curitiba: Deutsche Schule; grupos escolares; Universidade do Paraná; Asilo São Luiz; Escolas étnicas eslavas e alemãs do Paraná	6
Minas Gerais - Juiz de Fora: Colégio Stella Matutina; conjunto de 10 escolas primárias (de primeiras letras) públicas de meninas; Montes Claros: escola primária e grupo escolar; Belo Horizonte: Escola Normal Modelo; escolas rurais primárias de 12 municípios; Belo Horizonte: escolas isoladas urbanas	6
Santa Catarina - Tubarão: Jardim de Infância Cristo-Rei; escolas primárias em áreas de imigração alemã; Florianópolis: Colégio Catarinense, Colégio Coração de Jesus e Colégio Estadual Dias Velho	3
Rio Grande do Sul - Pelotas: escola da Biblioteca Pública Pelotense; Colégio Gonzaga e Colégio Pelotense; Região Colonial Italiana: diversas instituições; conjunto de escolas de tipologia diversa (cf. legislação 1897-1939); Bento Gonçalves: Colégio Sagrado Coração de Jesus	5
Mato Grosso - Escola Normal de Cuiabá;	1
Paraíba - Colégio Diocesano; Província da Parahyba do Norte: escolas primárias públicas (aulas de primeiras letras)	2
Bahia - diversas faculdades isoladas que resultaram em 4 universidades estaduais; Vitória da Conquista: Ginásio de Conquista e Educandário Juvêncio Terra: (escolas protestantes: o artigo foi computado no Sergipe)	2
Sergipe - escolas protestantes	1
Pará - Escola Normal	1
Mato Grosso do Sul - Paranaíba: escola primária reunida e grupo escolar	1
Espírito Santo - Vitória: Colégio Estadual do Espírito Santo	1
Outros - Brasil como um todo: colégios-internatos (cf. Conceição, 2015); Nordeste: escolas de música (cf. Zorzal; Ferreira, 2016)	2
TOTAL	69

Fonte: Elaborado pelos autores.

\* Não computados dois artigos da categoria teoria e metodologia.

Uma primeira constatação é que há uma relação entre as regiões de proveniência institucional da autoria dos artigos e a quantidade destes, indicadas no quadro 3, e a localização geográfica, número e tipos de instituições escolares escolhidas como objeto de estudo. A análise explícita a coincidência, com base no critério geográfico, entre as regiões de concentração autoral das pesquisas e a localização das instituições eleitas para estudo, posicionando em primeiro lugar o Sudeste, seguido pelo Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Vemos no quadro 4 que 19 artigos abordam instituições dos mais diversos tipos situadas no Rio de Janeiro, 13 tratam de instituições paulistas, seis são dedicados a escolas de Minas Gerais e um texto fala de instituição no Espírito Santo, o que totaliza 56,5% referentes ao Sudeste. Significa afirmar que esta região concentra as instituições onde a investigação em HIE é produzida e as escolas que são escolhidas para os estudos. Como exemplo, temos que Celeste Filho (2009), vinculado à PUC/SP, apresenta “Os primórdios da Universidade de São Paulo”. Porém, há casos em que os pesquisadores têm se debruçado sobre a história de escolas situadas em outras

regiões do país – em algumas situações, de onde são originários -, mesmo que essas fiquem distantes da instituição de realização do mestrado ou doutorado. Por exemplo, o artigo “Educação como sacerdócio: Formação de professores no Pará Republicano (1891-1904),” é assinado pelo autor Moraes, que indica vinculação à USP e pela autora Costa, que aponta vínculo com a UFMG (MORAES; COSTA, 2014, p. 123). E como vimos no quadro 3, não há nenhuma indicação de autoria institucional relativa à Região Norte, embora esse estudo trate de instituição paraense.

Todavia, segundo Nosella e Buffa (2009, p. 25), critérios como a motivação dos autores, a distribuição geográfica, o foco e fontes disponíveis são considerados na eleição do objeto de pesquisa, além do tipo de escola:

[...] as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas, como, por exemplo, as de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (sobretudo, femininas) e antigas escolas de referência, como o tradicional Colégio Caraça, o Seminário de Olinda, o Colégio Pedro II e a Escola Normal de São Paulo. As escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas. Os grupos escolares, tornaram-se, recentemente, objetos de vários estudos [...].

Com base nisto, podemos afirmar que parte desta análise converge com os nossos resultados. Verificamos que pesquisas sobre escolas de ensino básico públicas e particulares, instituições de ensino superior, escolas normais, colégios públicos e confessionais, grupos escolares e escolas de referência continuam tendo espaço nas publicações. Dentre os textos que analisamos, 22 têm como objeto escolas primárias, 10 estudam instituições de ensino superior, 21 se referem a colégios (inclusive o Colégio Pedro II), oito falam de grupos escolares e seis abordam escolas normais. Esta tipologia leva em conta principalmente o grau escolar (fundamental, médio, superior), mas reúne instituições com estatutos jurídicos diferentes (pública, particular, leiga, religiosa, comunitária) sob uma mesma denominação, como no caso do grupo das escolas primárias e colégios. Foram registradas expressões complementares como “profissional”, “agrícola”, “confessional protestante”, “confessional católica”, “jesuíta”, “feminino” e “internato.”

Observamos uma ampliação quantitativa e de diversificação quanto ao tipo de escola elegido para os estudos publicados na RBHE. Vieram à luz novas investigações tratando da diversidade de escolas rurais (primárias, profissionais, asilo agrícola), de escolas isoladas e reunidas, de jardins de infância, além de instituições cuja denominação as posiciona conforme uma tipologia particular e historicamente datada, como “escola militar elementar e profissional”, “instituições educativo-musicais”, “Ginásios Vocacionais”, “escola alemã”, “escola típica rural”, “colônia orfanológica”, “Colégio Elementar”, “anarquistas”, “étnico-comunitária”, “étnicas”, “Escola Técnica Federal” e “instituições de ensino de música”, entre outras variações e adjetivações.

Outro importante fator de caracterização da produção é a periodização, ou seja, uma abordagem que pode incluir, entre outros pontos, a datação da criação, do período histórico de funcionamento ou da extinção da instituição escolar. Quer dizer, o arco cronológico que localiza temporalmente as instituições estudadas. O quadro 5 traz esses dados.

Quadro 5 – Arco cronológico – periodização definida.

Arco cronológico*	Número de artigos e Percentual**
Antes do século XIX	Não há
1800 até cerca de 1890	13 (18,0%)
Anos 1890 aos anos 1920	25 (34,7%)
Anos 1930 aos anos 1960	30 (41,7%)
Anos 1970 aos anos 2000	3 (4,2%)

2001 em diante	1 (1,4%)
Historiografia ***	
TOTAL	72

Fonte: Elaborado pelos autores.

\* Arcos cronológicos definidos em acordo com critérios propostos por Galvão et. al. (2008).

\*\* Há casos em que a periodização definida abrange dois tempos.

\*\*\*Artigo de cunho historiográfico é excluído desta análise.

Nota-se que a maioria dos artigos focaliza a história institucional datada entre o final do século XIX e a década de 1960, com o maior percentual em relação à atividade escolar entre os anos de 1930 e 1960 (41,7%), seguido dos estudos que situam o interstício entre a década de 1890 e dos anos de 1920 (34,7%) e daqueles que abrangem o século XIX (18%). A história de instituições abordando os períodos após 1970 é objeto de poucas pesquisas. Podemos afirmar que os pesquisadores têm buscado identificar e analisar os diversos modos de organização da escola produzidos no Brasil desde o período Imperial, embora sejam mais frequentes os estudos relacionados aos contextos. Essa conformação vai ao encontro do que afirmam Galvão et al. (2008, p. 197, grifo nosso) em sua análise sobre a periodização dos estudos de História da Educação em geral publicados ao longo dos primeiros sete anos da RBHE: “Os pesquisadores vêm buscando **periodizações mais afinadas com a história da escola**, das políticas públicas e das práticas de ensino.”

Ficou ratificado que embora sejam eleitas para o trabalho investigativo as instituições mais antigas, algumas delas não se incluem entre aquelas “socialmente mais prestigiadas”, regra geral acessíveis a segmentos elitizados da população, como apontado por Nosella e Buffa (2009, p. 25). Constatamos que os pesquisadores têm escolhido escrever também a história de instituições que tinham como finalidade atender grupos até então privados de escolarização, como órfãos, ex-escravos, negros, homens e mulheres pobres e trabalhadores, migrantes internos do país e imigrantes e seus descendentes. O estudo de tais instituições desvela facetas desconhecidas da história da educação brasileira, trazendo à tona experiências de escolarização que matizam e enriquecem a historiografia com outras perspectivas analíticas e interpretativas, privilegiando tempos e espaços diversos.

## 5 SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS FONTES NOS ARTIGOS EM HIE NA RBHE

Passamos a atender ao questionamento sobre quais as fontes privilegiadas nos artigos em HIE na RBHE no intervalo de publicação entre 2001 e 2016. A discussão sobre as fontes utilizadas é relevante, pois se vincula ao referencial teórico e aos modos de produção do conhecimento adotados pelo pesquisador, que determinarão o seu modo de ler e interpretar. Para isto, perscrutamos por um estudo que tivesse realizado uma categorização de fontes e optamos por continuar nos referenciando, em boa parte, no texto de Galvão et al. (2008), que sendo um balanço da produção publicada na RBHE entre 2001 e 2007, guarda algumas semelhanças com aspectos estruturantes deste nosso estudo. Sobre o procedimento analítico adotado por aqueles autores, primeiramente é feita uma distinção entre artigos “[...] que decorrem de pesquisas realizadas por seus autores [...] servem de sustentação para a análise realizada e para a apresentação e discussão dos resultados” e “[...] artigos que se configuram como ensaios [...] que versassem sobre fontes ou que delas fizessem uso” (GALVÃO et al., 2008, p. 203-4). Em seguida, apresenta-se uma classificação das fontes, agrupando-as em categorias e “[...] utilizando-se como princípio geral a identificação dos agentes de sua produção:”

- 1) **documentos oficiais**, ou seja, aqueles **emanados do Estado**; 2) **obras de grandes educadores**; 3) **documentos elaborados por formadores de opinião**, como a grande **imprensa e a imprensa pedagógica**; 4) **fontes produzidas por agentes mediadores entre saberes que circulam fora da escola e saberes escolares**, como os **manuals**; 5) **documentos produzidos por instituições educativas**; 6)



fontes produzidas pelos sujeitos da ação educacional, como professores e alunos. (GALVÃO et al., 2008, p. 204, grifo nosso).

Aparece ainda uma distinção entre fonte “predominante” e “complementar”, que é relacionada ao fato de um tipo de fonte ser a “matéria-prima” do artigo ou configurar-se como “suporte lateral”, respectivamente (GALVÃO et al., 2008, p. 205). Buscamos atender a essa proposição, observando parâmetros da análise de conteúdo. Um primeiro é a explicitação das fontes no resumo, como neste caso: “Apoia-se nos documentos *Estatuto da Universidade do Paraná* (1914), *Relatório Geral da Universidade do Paraná* (1913-1922), *Revista Acadêmica*” (CAMPOS, 2009, p. 93). Outro critério foi buscar localizar a indicação das fontes privilegiadas no corpo do texto integral ou discriminadas em listagem no fim do artigo, como apresenta Ferreira (2008, p.148; 169): “Minha pesquisa ateuve-se quase em exclusivo a documentos produzidos internamente ao Stella Matutina”; o que é corroborado pela lista de “Fontes primárias: Acervo da biblioteca do Colégio Stella Matutina.”

Entendemos ainda a necessidade de registrar algumas vicissitudes da categorização das fontes. O fator arbitrário inerente à atividade de categorizar é uma delas, no que concordamos com os autores referenciados: “Como ocorre em toda a classificação, certamente há certo grau de arbitrariedade na que realizamos” (GALVÃO et al., 2008, p. 204). Outra questão se configura ao longo da leitura de alguns artigos. Por um lado, pode haver referência explícita à prevalência de algum dos tipos de fonte privilegiado: “Este texto discute os editoriais, as matérias e os artigos sobre educação veiculados pelo *CTI Jornal*, órgão de imprensa lançado em 1937 pela Companhia Taubaté Industrial (CTI)... (GONÇALVES, 2008, p. 119).

Ou, por outro, se encontram textos em que uma combinação analítica de várias fontes é citada, dificultando a identificação de uma predominância ou complementaridade: “O uso de fontes de diversas naturezas permitiu aproximar das práticas escolares e, se por um lado auxiliam na compreensão da dinâmica entre as normas e as práticas, geram outras questões [...]” (JINZENJI, 2010, p. 173; 194).

Contudo, concordamos com Nosella e Buffa quando afirmam a importância da relação entre “[...] ir a campo, coletar e selecionar as fontes...” e os objetivos da investigação, que pode implicar no destaque a um componente da história institucional:

Nem sempre é necessário utilizar todas estas fontes. Em função dos objetivos específicos da pesquisa, é possível, e até desejável, privilegiar umas e não outras. Há quem se interesse por escrever uma história da legislação referente à escola. [...] Há, ainda, os que acentuarão o papel do currículo, os conteúdos, a formação de professores e, outros, os aspectos da arquitetura. Em suma, o privilegiamento de uma ou outra fonte determina um tipo de história. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 63).

O quadro 6 apresenta os dados sobre a utilização das fontes nos artigos em HIE publicados na RBHE entre 2001 e 2016.<sup>7</sup>

Quadro 6 – Categorização das fontes utilizadas nos artigos (n = 72).

Tipos de fontes	Número de artigos e percentual		
	Predominante	Complementar	TOTAL
Documentos oficiais	21 (29,2%)	11 (15,3%)	44,5%
Obras de grandes educadores	1 (1,4%)	-	
Elaboradas por formadores de opinião: imprensa pedagógica e grande imprensa	11 (15,3%)	13 (18,0%)	33,3%
Produzidas por agentes mediadores entre saberes que circulam fora da escola e saberes escolares (manuais)	4 (5,5%)	3 (4,2%)	9,7%
Documentos produzidos por instituições educativas	25 (34,7%)	6 (8,3%)	43%
Produzidas pelos sujeitos da ação educacional (professores, alunos, etc)	9 (12,5%)	5 (6,9%)	19,4%

Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>7</sup> Foram considerados como ensaios que tratam da temática de fontes e, por isso, não computados os seguintes textos: Julia (2001), Castro (2006), Amato (2007), Meloni (2011), Menezes (2011) e Bressan (2013).

O primeiro destaque é a predominância dos documentos produzidos por instituições educativas como fontes para a escrita da história de instituições escolares, com 34,7%. Esta categoria considera as fontes produzidas pelas próprias escolas e por outros agentes educacionais tais como as igrejas e ordens religiosas, associações docentes, movimentos sociais, entre outros e que, conforme Galvão et al. (2008, p. 208), possibilitam aproximação com o cotidiano da instituição estudada e com os processos educativos. Tal constatação nos autoriza a interpretação de que o alargamento do conceito de fonte, característico de abordagens como a da História Cultural, é compreendido como aspecto metodológico profícuo para o estudo da escola. Quer dizer que fontes geradas com base nas atividades de uma instituição são capazes de trazer o olhar analítico-interpretativo dos pesquisadores para mais perto da internalidade organizacional e dos modos de operação relativos ao objeto investigado. Eis alguns exemplos em que grifamos este tipo de fonte: “[...] ficaram registros em apenas 3 **livros de matrículas**, algumas **fotos** das décadas de 1940 e 1950, poucos **relatórios** manuscritos, *uma carta* de um professor...” ( PERES, 2002); “[...] foram utilizados como fontes **programas de disciplinas, regulamentos, regimentos, relatórios e ofícios** da Colônia Isabel; [...] **ofícios** da Santa Casa de Misericórdia, Marinha, Exército, Juizes de Órfãos, Colégio de Órfãos; **relatórios** do Colégio do Bom Conselho (documentos avulsos); Polícia Civil; **Anais** Franciscanos e Assuntos eclesiásticos (ARANTES, 2009); e uma composição de fontes dessa natureza é apresentada por Leonardi (2011, p. 107, grifo nosso), referindo-se à atuação da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux na criação de instituições educativas na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século passado:

As fontes aqui apresentadas, documentos inéditos (como as **cartas, relatórios, atas de assembleia e anais** produzidos pelas irmãs desde sua chegada até a fundação do colégio), [...] foram produzidos **crônicas, biografias e relatos das fundações**. [...] Mas há ainda um segundo conjunto de fontes: textos produzidos exclusivamente para circulação interna, como as **crônicas** e as **cartas**.

As fontes classificadas como documentos oficiais aparecem como segundo conjunto mais recorrente. Este resultado difere do que indicam Galvão et al. (2008, p. 204-5), segundo o que os dois conjuntos de fontes predominantes nos artigos da RBHE por eles analisados são a documentação oficial e as obras de grandes educadores: “tradicionalmente utilizadas”, punham ênfase no caráter normativo que a legislação educacional impõe à escola e na análise das obras seminais daqueles autores, respectivamente. Porém, embora o quadro 6 ratifique o privilegiamento das fontes exaradas pelo Estado em 44,5% dos artigos examinados (29,2% como fonte predominante e 15,3% como complementar), esse fato também é interpretado como reflexo do seu uso ao lado dos outros tipos de fontes, muito mais do que a permanência de uma atitude conservadora entre os pesquisadores. Já a única ocorrência de uso predominante da obra de um grande educador para a análise da escrita de história de instituição escolar estabelece um resultado discrepante.

Nossa análise também ratifica que a utilização de documentação “oficial” como constituições e emendas constitucionais, leis, decretos, pareceres e portarias, assim como de relatórios de órgãos gestores da educação tais como ministérios, presidências de província, inspetorias e delegacias de ensino, ao lado de ofícios, correspondências e requerimentos subscritos por autoridades educacionais, e, ainda, de “fontes emanadas e que estão sob a guarda do Estado” e das estatísticas oficiais, “[...] permite uma aproximação do cotidiano das instituições educativas do passado” (GALVÃO et al., 2008, p. 205-6). Exemplificamos por meio do conteúdo de alguns dos textos que analisamos: “[...] disputas em torno da organização material de uma escola feminina oitocentista, por meio da análise das posições oficiais da Inspeção Geral de Instrução Pública de São Paulo e da professora da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Capivari” (BARRA, 2007, p. 15); “Neste trabalho, é focalizado o processo de equiparação definitiva do Colégio Diocesano da Paraíba ao Ginásio Nacional em 1908,

tendo por roteiro condutor a documentação oficial do processo encontrado no Arquivo Nacional” (KULESZA, 2011, p. 81); e no resumo do artigo de Ananias e Barros (2015, p. 83), que evidencia a conexão entre as fontes, a perspectiva analítica e os resultados da pesquisa:

A partir da análise de fontes como os relatórios de presidentes de província e documentos diversos da instrução, e utilizando-se o conceito de experiência de E. P. Thompson, cotejam-se as ideias veiculadas nesses documentos com os textos de dois regulamentos aprovados em 1849. Conclui-se que tal legislação contribuiu para o estabelecimento da instrução pública primária [...].

O terceiro conjunto de fontes mais recorrente é o das elaboradas por formadores de opinião, em que se destacam as denominadas imprensa pedagógica e grande imprensa – que podemos identificar apenas com a categoria “imprensa” -, com 15,3% de presença como fonte predominante e 18% enquanto fonte complementar. A relação entre a escrita em HIE e a utilização da imprensa como fonte é uma tendência que vem sendo realçada. Para exemplificar, no livro “Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa” (ARAÚJO; GATTI JÚNIOR, 2002), a segunda seção apresenta cinco estudos sobre a (grande) imprensa como objeto e como fonte, sendo que num deles se explicita: “Neste sentido, a pesquisa educacional na imprensa avançou muito no Brasil nos anos de 1990, descortinando um novo *corpus* documental, tão importante quanto as pesquisas ligadas à história das instituições escolares” (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 74). E no panorama internacional, a obra “*La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*”, coordenada por José María Hernández Díaz (2015), reúne contribuições de vários autores centradas na denominada *prensa pedagógica*.

Por sua vez, Amaral (2001, p. 138) explica com relação às fontes que utiliza:

Os jornais, boletins informativos, almanaques e revistas constituíram-se em uma fonte fundamental na coleta de dados, pois possibilitaram uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos, e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade, bem como às instituições sociais, e dentre elas, à escola.

O alcance metodológico do uso da imprensa é destacado no texto “A dança nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX (décadas de 1820-1860),” pela possibilidade de aproximar o olhar do pesquisador da história institucional num período do passado e permitir avanços em questões analítico-interpretativas que outros tipos de fontes não disponibilizariam:

Para alcançar o objetivo, **as fontes prioritariamente utilizadas foram periódicos publicados no Rio de Janeiro no referido momento**. Motivou-nos tal uso o fato de que grande parte da documentação dos estabelecimentos investigados não está disponível ou é de difícil localização, bem como a constatação de que os responsáveis pelas iniciativas divulgavam suas propostas em jornais e revistas. Além disso, eventualmente, algum cronista comentou a prática nos estabelecimentos educacionais. Isso favorece prospectar o entorno da oferta da dança. (MELO, 2016, p. 326-7, grifo nosso).

As fontes produzidas pelos sujeitos da ação educacional aparecem como o quarto tipo mais recorrente. Dada a sua natureza, contribuem decisivamente para que alguns aspectos do funcionamento cotidiano da escola venham a ser conhecidos com maior precisão descritiva e analítica, como as relações dentro das salas de aula e em outros espaços internos. De acordo com Galvão et al. (2008, p. 209), por sujeitos do processo educativo são entendidos alunos, professores, pais e leitores, que elaboraram fontes tais como “[...] autobiografias, depoimentos escritos de ex-alunos, diários escritos por crianças, cartas de leitores comuns, cartas escritas por escravos, texto escrito por

alunos em uma revista escolar, cadernos escolares, provas de concurso para professor”; registram-se ainda obras literárias, depoimentos orais, abaixo-assinado dos pais, prova de professor e inventários.

No *corpus* documental esse tipo de fonte apareceu com predominante em 19,4% dos estudos. Exemplo interessante é trazido no artigo que focaliza a experiência profissional e as práticas pedagógicas do professor Manoel Frazão, que atuou como professor público primário no município da Corte entre 1860 e 1890. Entre as atividades que o professor Frazão realizava em defesa dos interesses dos docentes e criticando, por meio da imprensa, a condução política da instrução pública, as condições salariais e a infraestrutura material das escolas, o destaque está na sua iniciativa de “[...] autorizar a aplicação, em suas escolas de meninos, de um sistema de ensino que inventou, o sistema de moral e cívica, o qual começou a aplicar na escola pública da Glória, em 1867, com o aval do governo imperial (SCHUELER, 2005, p. 114). E tal sistema foi explicitado em um manuscrito denominado “Memória sobre a disciplina escolar”, constituindo uma fonte peculiar. Se no exemplo anterior a fonte foi produzida por professor, no texto de Santos (2010), há indicação da utilização de documentos diversos produzidos por outros sujeitos, como edições de um jornal escolar elaborado por alunos do segundo e terceiro anos do primário entre 1941 e 1944 e três cadernos escolares. Contudo, o mesmo estudo lançou mão de um livro de registro de atas de 1940 e de cinco atas de comemorações cívicas dos anos de 1941 e 1942, que são subscritas pelo professor responsável. Outro texto que privilegia as vozes discentes como fonte é o de Oliveira e Casimiro (2016, p. 144): “No presente artigo, discutimos as narrativas de memória de ex-alunos das turmas de 1940 a 1950 do Ginásio de Conquista e do Educandário Juvêncio Terra em Vitória da Conquista, Bahia.” Compreendemos que essa conjunção de fontes construídas por diferentes atores potencializa a escrita da história das instituições educativas.

Por fim, tratamos da ocorrência das fontes categorizadas como produzidas por agentes mediadores entre saberes que circulam fora da escola e saberes escolares, cujo exemplo destacado é o manual ou livro escolar, denominação que engloba cartilhas, livros utilizados na escola primária, compêndios para a formação de professores (manuais de história da educação, por exemplo) e catálogos de editores, sobre os quais se afirma: “tem-se assistido, nas últimas décadas em muitos países, a uma revalorização do manual escolar como fonte (e objeto) privilegiada na pesquisa historiográfica” (GALVÃO et al., 2008, p. 209-10).

Artigos em HIE que tomaram livros escolares como fontes representaram 9,7%. Bertoletti e Silva (2016, p. 373) explicitam no resumo do texto intitulado “Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para o ensino de leitura (1928-1961) que: “Neste estudo, analisam-se a produção e a circulação de materiais didáticos para ensino de leitura e de escrita na escola primária no município de Paranaíba/MS entre 1928 e 1961, tendo como fontes principais os livros didáticos: cartilhas, paleógrafos, livros de leitura”. Outrossim, a análise de um manual pode ajudar na composição historiográfica, como vemos no texto “Saberes geométricos de Calkins e sua apropriação nos programas de ensino dos grupos escolares paulistas”, onde os autores Frizzarini e Silva (2016, p. 10) explicam: “[...] analisam-se os saberes geométricos contemplados por Calkins em seu manual, *Primeiras lições de coisas*.” O livro escolar é um dos componentes da cultura material escolar e, por isso, sua presença como fonte auxilia na compreensão do funcionamento da instituição educativa em dado momento histórico, como exemplificado por Souza, R. M. S. (2007, p. 88), que mostra que o manual *Deutsches Lesebuch für Brasilien* era utilizado na “escola alemã” de Curitiba, instituição abordada no texto “A cultura material escolar da Deutsche Schule.”

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação de resultados de pesquisas em História de Instituições Escolares por meio da Revista Brasileira de História da Educação no período entre 2001 e 2016 é significativa devido a vários fatores. O indicativo de que 22,7% dos artigos publicados



têm como objeto de estudo uma escola específica ou um conjunto de instituições, não explicita apenas um dado quantitativo expressivo que vincula à compreensão da atividade escolar diversas possibilidades historiográficas para a elaboração de conhecimento em história da educação. O que também repercute nos cenários investigativos é o alargamento do potencial teórico-metodológico de análise da educação no Brasil, uma vez que conhecer a complexa gama das finalidades sociais e dos sentidos de diferentes escolas no movimento histórico pode configurar novos olhares sobre os limites e possibilidades da formação humana.

A história de instituições escolares é erigida por meio de pesquisas com ênfase em uma ou mais categorias de análise: espacial, temporal, intelectual, social, política e teoria e metodologia. Contudo, pode-se iluminar com mais intensidade uma destas ou chegar a uma abordagem significada pela categoria que denominamos de completa. A categoria social é a mais enfatizada no conteúdo dos artigos analisados, tratado dos sujeitos atuantes na escola, das relações e papéis por eles desempenhados. Aparece em seguida a categoria intelectual, que abarca aspectos como os conteúdos escolares, a aprendizagem, a circulação de ideias pedagógicas, o discurso pedagógico, currículo e a história de disciplinas, assim como a influência de pensadores e outros personagens de destaque na criação e atividade de instituições escolares. Destaca-se na historiografia também a categoria espacial, que se ocupa de análises em função da atuação institucional em determinada região geográfica, mas que também podem abranger aspectos arquitetônicos e elementos da cultura material escolar. É necessário frisar que há artigos que salientam as categorias temporal e política, ou as conjugam ao lado do tratamento de um ou mais componentes da pesquisa histórica. Nove artigos elaboram uma história de instituição que categorizamos como completa, perpassando em suas análises o conteúdo das outras categorias (exceto a denominada teoria e metodologia). Consideramos que apenas cinco artigos dentre o *corpus* documental analisado apresentam a caracterização particular de se dedicar à discussão de questões teóricas e metodológicas relativas à pesquisa em história de instituições escolares.

As pesquisas publicadas na RBHE trouxeram à tona uma grande diversidade de instituições escolares, posicionando no panorama da história da educação outras escolas que não aquelas tidas como de maior prestígio. Iniciativas de escolarização que tinham por finalidade atender segmentos da população antes excluídos como órfãos, pobres, marginalizados, negros, mulheres, entre outros – sejam crianças, jovens ou adultos -, estão presentes na historiografia. Embora haja ainda uma concentração de estudos sobre escolas situadas nas regiões Sudeste e Sul do país, realizados em sua maioria por pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação dessas mesmas regiões, identificamos artigos dedicados à escrita da história de instituições de outros lugares. Quanto aos arcos cronológicos privilegiados, verificamos que as pesquisas têm buscado analisar os diversos modos de organização da escola produzidos no Brasil desde o período Imperial, embora os estudos relacionados aos contextos republicanos entre os anos 1930 e 1960, assim como nas quatro décadas imediatamente posteriores à Proclamação da República são os mais frequentes.

Em qualquer um desses casos, a história da escola resta impregnada de significativa dose de contribuição, pois conhecê-la pode gerar envolvimento emocional-afetivo, responsabilidade e comprometimento com a melhoria da prática pedagógica, conhecimento sobre as relações entre a instituição escolar e os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, sensibilização do público externo quanto às necessidades da escola e preservação da memória (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 32-39). Com isto não secundarizamos o debate quanto aos diferentes referenciais teórico-metodológicos que são utilizados nos artigos em HIE e seus efeitos sobre a natureza da historiografia, mas ressaltamos que a questão é sinalizada na análise sobre os tipos de fontes a que os pesquisadores recorreram nos seus estudos.

Neste sentido, a constatação do predomínio da utilização de fontes produzidas pela própria escola ou por outros agentes educacionais para a escrita da história de

instituições escolares indica o alinhamento metodológico de majoritária parcela dos artigos analisados com a História Cultural. E embora as fontes classificadas como documentos oficiais apareçam como segundo conjunto mais recorrente para a pesquisa de instituições escolares, essa questão é compreendida como reflexo do seu uso ao lado dos outros tipos de fontes e não como permanência de uma postura conservadora entre os pesquisadores. Por sua vez, a utilização da imprensa para a escrita da HIE é uma tendência que foi constatada como a terceira mais frequente, seguida da recorrência às fontes produzidas por sujeitos do processo educativo e aos manuais ou livros escolares. Concordamos com Galvão et al. (2008, p. 208), que os usos indicados apontam para o alargamento conceitual e para a busca por fontes que possibilitam aproximação com o cotidiano da instituição que é objeto de estudo e com os processos educativos ali engendrados. Entretanto, ressaltamos que essa opção teórico-metodológica não incorreu na desconsideração da análise das relações entre os aspectos da internalidade da instituição escolar e os contextos mais amplos, ou seja, da busca por articular o particular com o geral.

De fato, o que a produção em História de Instituições Escolares publicada na Revista Brasileira de História da Educação entre 2001 e 2016 desvela é a elaboração de uma consistente historiografia que amplia as condições de análise crítica da educação brasileira por meio da compreensão das complexas relações que foram engendradas entre a escola e seu entorno através dos tempos. A escrita construída pelas mãos de tantos pesquisadores mostra o vigor que a escola tem conservado como objeto e o legítimo interesse por pesquisá-la, possibilitando questionar extinções, permanências e transformações no panorama da formação humana.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L. do. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 131-154, maio/ago. 2011.

ANANIAS, M.; BARROS, S. A. P. de. Escolarização na província da Parahyba do Norte: a organização da instrução pública primária (1840-1860). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 1 (37), p. 83-108, jan./abr. 2015.

ARANTES, A. S. Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 9, n. 20, p. 105-136, maio/ago. 2009.

ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRA, V. M. L. da. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 7, n. 14 (26), p. 15-36, maio/ago. 2007.

BEDIAGA, B. Educação para o trabalho rural: o 'asilo agrícola' do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 3 (42), p. 123-143, jul./set. 2016.

BERTOLETTI, E. N. M.; SILVA, M. C. da. Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para ensino de leitura (1928-1961). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 1 (40), p. 373-403, jan./abr. 2016.

BERTUCCI, L. M.; SILVA, S. C. H. P. A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 2 (35), p. 103-133, maio/ago. 2014.

CAMPOS, N. de. Encontros e desencontros no processo de constituição do ensino superior no Paraná: 1912-1922. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 9, n. 21, p. 93-122, set./dez. 2009.

CARVALHO, C. H. de; ARAUJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p.67-89.

CELESTE FILHO, M. Os primórdios da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 9, n. 19, p. 187-204, jan./abr. 2009.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CLAI, E. F. Tiempo y sociedad, en el Real Seminario de Minería, 1792-1821. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 225-242, jul./dez. 2004.

DÍAZ, J. M. Hernández. (Coord.). *La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015.

FÁVERO, M. de L. A. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 8, n. 17, p. 161-180, maio/ago. 2008.

FERREIRA, A. L. de O. D. Ser Stella: um estudo sobre o papel da mulher e da educação feminina em Juiz de Fora do início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 18, p. 137-171, set./dez. 2008.

FREIXO, A. de L.; COELHO, P. O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II, Jonathas Serrano. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3 (39), p. 261-292, set./dez. 2015.

FRIZZARINI; C. R. B.; SILVA, M. C. L. da. Saberes geométricos de Calkins e sua apropriação nos programas de ensino dos grupos escolares paulistas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 3 (42), p. 10-35, jul./set. 2016.

GATTI JÚNIOR, D. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2002a. p. 3-24.

GALVÃO, A. M. de O. et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 16, p. 171-234, jan./abr. 2008.

GONÇALVES, M. C. Das escolas mistas industriais ao grupo escolar a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo *CTI Jornal* (1937-1941). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 18, n. 18, p. 119-136, set./dez. 2008.

GOUVÊA, M. C. S. de et al. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a permanência (Belo Horizonte 1906-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 311-340, abr./jun. 2016.

GUTIÉRREZ, T. V. Estado, educación no formal y desarrollo rural. Los Centros de Educación Agrícola (Argentina, 1970-2010). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

JINZENJI, M. Y. As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas às práticas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 22, p. 169-197, jan./abr. 2010.

KULESZA, W. A. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 3 (36), p. 87-121, set./dez. 2014.

LEONARDI, P. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 103-129, maio/ago. 2011.

LOPES, S. de C. Arquivos do Instituto de Educação Suporte de memória da educação nova no Distrito Federal (anos de 1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 5, n. 9, p. 43-72, jul./dez. 2005.

LUCHESE, T. Â.; KREUTZ, L. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 2 (29), p. 45-76, maio/ago. 2012.

MAGALHÃES, J. P. de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARQUES, V. R. B.; PANDINI, S. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MELO, V. A. de. A dança nas escolas do Rio de Janeiro: do século XIX (décadas de 1820-1860). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 3 (42), p. 323-352, jul./set. 2016.

MELONI, R. A. A experiência de constituição de uma fonte documental a partir dos instrumentos de ensino de química e física do Colégio Culto à Ciência de Campinas/SP. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 1 (25), p. 43-65, jan./abr. 2001.

MENEZES, M. C. Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 11, n. 1 (25), p. 93-116, jan./abr. 2011.

MOLINA, R. S.; JACOMELI, M. R. M. Os ruralistas paulistas e seus projetos para a educação agrícola: a “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) em Piracicaba (1881 a 1903). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 4 (43), p. 190-215, out./dez. 2016.

MORAES, F. T. de; COSTA, R. P. Educação como sacerdócio: formação de professores no Pará Republicano (1891-1904). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 3 (36), p. 123-150, set./dez. 2014.

MUSIAL, G. B. da S.; GALVÃO, A. M. de O. “Oh! Escarneio! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente”: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 2 (29), p. 77-106, maio/ago. 2012.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.



- \_\_\_\_\_. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A.V.; VECHIA, A. (Org.). *Cultura escolar e história das práticas pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008. p. 15-32.
- OLIVEIRA, E. S.; CASIMIRO, A. P. B. S. As narrativas de memória e a educação em Vitória da Conquista\BA na primeira metade do século XX – Não se esqueçam em que mundo nós vivíamos. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 141-157, abr./jun. 2016.
- PERES, E. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 2, n. 4, p. 75-102, jul./dez. 2002.
- PINTO, R.-M. N. Escolas e cidades do sertão (1933-1945): espaço, endereço e arquitetura. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 2 (29), p. 107-138, maio/ago. 2012.
- POLETTI, M. J. T.; KREUTZ, L. Representações e cultura escolar compondo uma história: o processo identitário do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956 – 1972). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 3 (42), p. 266-287, jul./set. 2016.
- SILVA, E. F. de S. P. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 4, n. 7, p. 189-214, jan./jun. 2004.
- RABELO, G.; STEPHANOU, M. Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* (Santa Catarina – 1960 a 1970). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 10, n. 24, p. 35-54, set./dez. 2010.
- RENK, V. E. A infância marcada pelos rituais cívicos nas escolas étnicas do Paraná. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 3 (36), p. 55-85, set./dez. 2014.
- SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009.
- SANTOS, A. V. dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 10, n. 24, p. 83-111, set./dez. 2010.
- SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 4-26.
- SCHUELER, A. F. M. de. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte imperial (1870-1880). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 9, p. 109-138, jan./jun. 2005.
- SOUZA, R. M. S. de. A cultura material escolar da Deutsche Schule. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 14, p. 69-94, maio/ago. 2007.
- SOUZA, R. F. de. A configuração das Escolas Isoladas no estado de São Paulo (1846 – 1904). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 341-377, abr./jun. 2016.
- VALENTIM, R. P. F. de; PEREIRA, B. A.; LEITE, R. F. P. A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira

República brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 1 (40), p. 133-154, jan./abr. 2016.

VELOSO, G. M. Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 10, n. 23, p. 133-167, maio/ago. 2010.

VIÑAO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.